

**DUARTE, Regina Hora Duarte. *A biologia militante: o museu nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil-1926-1945*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, 219p.**

*Jean Luiz Neves Abreu*<sup>1</sup>

O estudo sobre as práticas e instituições científicas no Brasil República têm merecido cada vez mais a atenção dos pesquisadores. Tais trabalhos procuram deslindar os diversos papéis que as ciências assumem na sociedade, as atividades dos cientistas, os processos de divulgação científica, dentre outros aspectos.<sup>2</sup> O livro de Regina Horta Duarte, “*A biologia militante: O museu nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil-1926-1945*” aqui comentado se insere na perspectiva de estudos que problematizam os significados de se fazer ciência no Brasil República.

O livro é produto de experiências no Instituto de Estudos Avançados e Transdisciplinares (IET) da UFMG e foi escrito originalmente como tese para professor Titular no Departamento de História da UFMG, onde a professora atua. Amparado em ampla e sólida pesquisa documental, a investigação se centra na constituição do Museu Nacional como espaço privilegiado dos saberes biológicos e lugar relevante da atuação de cientistas entre as décadas de 1920 e 40, bem como instituição que viabilizou o desenvolvimento de vários projetos relacionados à divulgação da ciência no território nacional e à proteção da natureza. Os papéis desempenhados pelo Museu e cientistas nele envolvidos – com ênfase nas trajetórias de Cândido de Mello Leitão, Alberto José de Sampaio e Edgard Roquette Pinto – são analisados tendo em vista suas concepções científicas e as relações que mantiveram com o poder político nesse contexto.

<sup>1</sup> Doutor em história, UFMG. Professor do Instituto de História UFU. [jlui@inhis.ufu.br](mailto:jlui@inhis.ufu.br)

<sup>2</sup> Exemplo disso é a coletânea organizada por Alda Heizer e Antonio Augusto Passos Videira: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto. *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: MauadX, FA-PERJ:2010.

No capítulo 1 “A voz mais alta da biologia”, Regina Horta Duarte aborda o processo de consolidação da biologia como campo distinto da história natural e as condições históricas que propiciaram sua valorização. Para além de ser fonte de novos conhecimentos acerca das espécies da fauna, flora e incorporar inovações técnicas, a ascensão da biologia foi indissociável de processos históricos nos Estados Unidos e na América Latina, respondendo aos anseios nacionalistas. No caso do Brasil, a constituição das ciências biológicas se deu de forma fragmentária e muitas vezes contraditória, entremeada pelo debate sobre a inferioridade do povo brasileiro e a crença no papel da ciência para o desenvolvimento da nação. Nesse aspecto, a pesquisadora aponta como a emergência da biologia foi estratégica em um momento em que essa ciência – ao ser direcionada para as pesquisas biomédicas e agrícolas – era vislumbrada como forma de recuperar um país arrasado por doenças e pragas que assolavam a agricultura e cujas riquezas naturais ainda estavam por inventariar. Dessa maneira, busca-se demonstrar como a compreensão desse campo científico no Brasil foi inseparável da dimensão política.

Nesse capítulo, mais fundamental parece-nos ser a análise das formas pelas quais os cientistas ligados ao Museu Nacional procuraram legitimar suas práticas junto a um Estado forte e centralizador instituído após a denominada Revolução de 1930. A pesquisadora se volta para o exame das trajetórias de Cândido de Mello Leitão, Alberto José de Sampaio

e Edgard Roquette-Pinto e de que maneira esses cientistas constituíram redes de contato internacionais e viram na biologia uma ciência capaz de dar legitimidade às suas práticas. Demonstra ainda de que forma as concepções biológicas e projetos desses cientistas se articulavam com a concepção de Estado em prol do desenvolvimento da nação, de modo a reforçar projetos organicistas e cooperativistas do Governo Vargas. Para os cientistas a aproximação com o governo permitiu apoio financeiro para seus projetos e iniciativas de divulgação do conhecimento no âmbito do Museu Nacional.

Decisivo ainda nas relações entre o Museu Nacional e o Governo Vargas foi a ação pedagógica realizada naquele espaço. As práticas de divulgação constituem o assunto central do segundo capítulo “A miniatura da Pátria”, no qual a autora aborda como o Museu Nacional se tornou um *locus* privilegiado para difundir entre a população saberes e práticas imprescindíveis à nação brasileira. Incorporando uma dimensão autoritária e otimista, segundo os cientistas defendiam a educação era o meio pelo qual os homens poderiam, a um só tempo, compreender os conhecimentos científicos e serem acolhidos pela nação como povo.

Ao longo do capítulo são abordados vários aspectos relativos à vulgarização científica e o envolvimento dos cientistas nesse processo, bem como o papel do Museu como o ponto de encontro de várias especialidades científicas colocadas a serviço da nação e resolução de problemas concretos. Incorporando a

proposta de uma educação nacional já em curso desde o início da República, os cientistas em torno dessa instituição mobilizaram vários meios de comunicação, com destaque para a Rádio Sociedade, a Revista Nacional de Educação e o projeto editorial da Coleção Brasileira. O periódico foi responsável pela disseminação de conteúdos diversos. Estes compreendiam desde a botânica, a matemática, a arqueologia, até artigos relacionados à fruição da literatura e da música, conteúdos que faziam parte do “livro do Brasil” a ser ainda conhecido e decifrado pelo povo. Ao lado desses temas, a proteção da natureza e a necessidade dos avanços na legislação foram temas recorrentes em obras publicadas na Brasileira.

Além de destacar a utilização de novas técnicas e linguagens empregadas pelos cientistas, como o rádio e exibição de filmes educativos, Regina Horta Duarte demonstra também como o Museu, destinado a ser a “miniatura da pátria”, passou a incorporar a função pedagógica, tida como central naquele contexto para o conhecimento da natureza brasileira e criar um sentimento de pertencimento à pátria em seus visitantes.

A autora observa que os projetos ligados ao Museu nem sempre tiveram êxito esperado, chamando atenção para os conflitos entre a política governamental e os ideais científicos. Exemplo disso é o malogro do projeto da *Revista Nacional de Educação*, que em 1934, com a criação do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, passou à competência do Ministério da Justiça selando o

fim da publicação. O caso da revista foi apenas um capítulo nos golpes sucessivos que os cientistas passaram a sofrer. Se entre 1930 e 1934, encontraram apoio junto ao poder para seus projetos ligados à natureza e à educação, a nomeação de Gustavo Capanema como ministro da Educação e Saúde representou algumas mudanças. Os projetos do grupo em torno do Museu Nacional perderam espaço para outras questões no horizonte das políticas públicas, como o de pensar novas diretrizes para a universidade. Dessa forma, a autora elucida que o grupo em torno do Museu Nacional esteve imerso em um “jogo político” inerente às práticas científicas que se desenvolvem naquele contexto.

No final da década de 1930, o Museu Nacional passava por turbulências e apesar da iniciativa da criação da Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, as trajetórias de Sampaio, Roquette-Pinto e Mello Leitão assumiram caminhos diferentes e apenas esse último veio a ser afirmar “verdadeiramente como cientista” ao se inserir nos meios universitários.

O terceiro capítulo do livro, “Como se fazia um biólogo”, se centra justamente sobre a trajetória de Mello Leitão. Regina Horta Duarte procura mostrar como Mello Leitão se tornou zoólogo especialista em aracnídeos a partir de sua inserção nos meios científicos, como a Academia Brasileira de Ciências, e pelas redes de contato que estabeleceu com outros países da América em viagens e intercâmbios. Além de focar as estratégias que tornaram esse cientista um zoólogo

renomado internacionalmente, a autora demonstra que o autor aliou a excelência acadêmica a preocupações didáticas, exercendo a “biologia como militância”. O pesquisador afirmava em vários textos o papel da zoologia como área de conhecimento extremamente útil à saúde das populações e das lavouras bem como à preservação da vida na natureza. O delineamento da biologia como área específica do conhecimento se completava pela iniciativa de publicação de livros didáticos pelo autor, estabelecendo vínculos entre a especialização e a divulgação dos conhecimentos.

Tomando como o fio condutor a história do Museu Nacional entre 1926 e 1945, Regina Horta Duarte cumpre a tarefa de apresentar o leitor as relações complexas entre o campo científico e o poder, no contexto das transformações da ciência e da própria sociedade brasileira naquelas décadas. Para além de demonstrar a pertinência de se falar da biologia como área de conhecimento, o texto delinea as várias estratégias de validação desse campo do conhecimento, dentre as quais a divulgação é um componente social.

Além disso, o livro contribui em muito para a compreensão não só da constituição da biologia enquanto conhecimento estratégico e chave na resolução de questões concretas, como o combate aos vetores de doenças, proteção da fauna e da flora e pesquisas destinadas à agricultura. Fornece igualmente elementos para se pensar a ciência como produto da história e das relações sociais que a constituem.

Ao investigar as estratégicas e os “lugares” da produção do conhecimento e as ações dos cientistas em torno do museu, a obra em questão é passível de outros desdobramentos caros à recente historiografia das ciências. Em particular aquela que se volta para o estudo das ações dos cientistas na sociedade e de que maneira constituem seus campos de saber. Ao se vincularem a instituições e buscarem financiamento e apoio governamental aos seus projetos, os cientistas agem nas arenas transepistêmicas inscritas nas redes de produção da ciência.<sup>3</sup> Dessa forma, apesar de não explicitar questões teóricas próprias da historiografia das ciências, o livro pode ser visto como um exercício prático como escrever a história da ciência atualmente.

### Referências bibliográficas:

HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto. *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: MauadX, FAPERJ:2010.

HOCHMAN, Gilberto. A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bordieu e Knorr-Cetina. In: PORTOCARRERO, Vera (Org.) *Filosofia, história e sociologia das ciências*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994.

<sup>3</sup> Para o conceito de arenas transepistêmicas cf: HOCHMAN, Gilberto. A ciência entre a comunidade e o mercado: Leituras de Kuhn, Bordieu e Knorr-Cetina In: PORTOCARRERO, Vera (Org.) *Filosofia, história e sociologia das ciências*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994, p.121-126.